



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA NO
LEGISLATIVO**

PROJETO PEDAGÓGICO

2014

1. Identificação

1.1. Nome do Curso:

Especialização em Comunicação Política no Legislativo

1.2. Áreas do Conhecimento:

6.09.00.00-8 Comunicação

7.09.00.00-0 Ciência Política

1.3. Instituição promotora:

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados (CD).

Credenciada pelo MEC por meio da Portaria 51/2005. Atualmente em processo de credenciamento – Processo E-MEC nº 201207891.

1.4. Modalidade:

Semipresencial.

1.5. Forma de oferta:

Turma aberta.

1.6. Público alvo:

Servidores efetivos, Secretários Parlamentares e ocupantes de Cargo de Natureza Especial (CNE) da Câmara dos Deputados.

Servidores de órgãos parceiros.

Demais interessados.

1.7. Quantidade de vagas:

30 vagas.

1.8. Critérios de seleção:

O processo seletivo será organizado da seguinte forma:

1ª etapa (eliminatória): uma questão discursiva, a partir de texto provocativo, avaliando conteúdo e expressão em língua portuguesa.

2ª etapa (classificatória): entrevista individual com objetivo de avaliar o perfil do candidato e suas expectativas quanto ao curso.

1.9. Duração do curso:

20 meses.

1.10. Carga horária:

Período de aulas: 360h

Período para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): até 8 meses.

1.11. Dias e horários das aulas:

2ªs e 6ªs feiras, de manhã e/ou à tarde.

1.12. Local das aulas e demais atividades do curso:

Cefor

Via N3, Projeção L

Setor de Garagens Ministeriais Norte - Complexo Avançado - Prédio do Cefor

1.13. Coordenação:

1.13.1 Coordenador Administrativo:

André Sathler Guimarães

Titulação e regime de contratação: Doutor em Filosofia – Servidor efetivo da Câmara dos Deputados.

Experiência acadêmica e profissional:

Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Informática pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo, Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Docente de ensino superior, foi Coordenador do Curso de Graduação em Administração da UNIMEP, Diretor da Faculdade de Gestão e Negócios da UNIMEP, Vice-Reitor do Centro Universitário Izabela Hendrix, Pró-Reitor de Graduação e Educação Continuada e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIMEP.

1.13.2 Coordenadores Acadêmicos:

Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros

Titulação e regime de contratação: Jornalista. Mestre em Comunicação e doutor em Sociologia. Servidor efetivo da Câmara dos Deputados.

Experiência acadêmica e profissional: Lotado na Secretaria de Comunicação (Secom). Tem experiência acadêmica na área de pesquisa científica sobre mídia e política, parlamento e mídia e pesquisas de opinião.

Prof^a. Dr^a. Cristiane Brum Bernardes

Titulação e regime de contratação: Doutora em Ciência Política. Servidora efetiva da Câmara dos Deputados.

Experiência acadêmica e profissional: Doutora em Ciência Política (2010) pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do

Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Docente do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados. Pesquisadora visitante no Centro de Estudos Legislativos da Escola de Política, Filosofia e Estudos Internacionais da Universidade de Hull, no Reino Unido (2013). Jornalista com experiência na área de Comunicação e Política, já atuou profissionalmente em jornalismo impresso e online, assessoria de imprensa em sindicatos e órgãos públicos, produção e edição de TV, reportagem de rádio. Temas de pesquisa: Legislativo e internet, representação e participação política, internet e política no Brasil, relações entre campo midiático e campo político, comunicação pública, jornalismo popular.

Prof^a. Dr^a. Malena Rehbein Rodrigues

Titulação e regime de contratação: Doutora em Ciência Política. Servidora efetiva da-Câmara dos Deputados.

Experiência acadêmica e profissional: Doutora em Ciência Política e Sociologia pelo Iuperj, hoje Iesp-Uerj, em janeiro de 2011. Possui mestrado em Relações Internacionais e Teoria Política Contemporânea pela Universidade de Westminster (2003), mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (1997) e graduação em Comunicação Social - habilitação Jornalismo - pela Universidade de Brasília (1994). Docente do mestrado profissional em Poder Legislativo (Cefor). Tem experiência na área de Ciência Política e Jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, mídia/política, participação e representação política. Já deu aulas da graduação em Comunicação da Universidade de Brasília e no Uniceub. Como jornalista, já atuou como repórter, editora, chefe de reportagem, coordenadora de jornalismo, assessora de imprensa e apresentadora de programas em TV e rádio.

1.14. Equipe técnica

Coordenação de Pós-Graduação do Cefor
Complexo Avançado, sala 02
F: 3216-7685; 3216-7679
copolos.cefors@camara.leg.br

2. Histórico da Instituição

Instituído pelo Ato da Mesa n. 69, em 1997, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) recebeu a missão de planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos da Câmara dos Deputados. Também é de sua competência a extensão de suas ações e objetivos à comunidade, incluindo a possibilidade de realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades, instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais, além do desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação.

Essas atribuições são executadas pelo Cefor na forma de cursos, conferências, palestras, seminários e outras atividades técnico-científicas e culturais destinados não só aos servidores da Câmara dos Deputados, como também a um público diversificado, incluindo agentes políticos, servidores de outras entidades, alunos de instituições de ensino superior, entre outros.

No universo das escolas de governo, o Cefor se distingue pelo foco na sistematização de um conhecimento específico, inerente ao Poder Legislativo, com a institucionalização do Programa de Pós-Graduação próprio, articulando as vertentes de ensino, pesquisa e extensão, e pelo credenciamento junto ao MEC (Portaria MEC 51/2005, atualmente em processo de recredenciamento) para oferecer seus cursos de especialização no lugar de estabelecer parcerias com instituições de ensino. O objetivo básico do Programa consiste em desenvolver a educação legislativa, por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* não disponíveis no mercado ou que tratem de competências exclusivas do Poder Legislativo. Ademais, com essa prática, é possível exercer maior controle da qualidade do ensino e configurar uma face mais acadêmica para o conhecimento que é produzido na Câmara dos Deputados.

Em outubro de 2011, a Capes aprovou a criação do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, área de concentração Ciência Política e Relações Internacionais, oferecido pelo Cefor a partir do segundo semestre de 2012.

3. Justificativa

Nas atuais sociedades ganha relevância crescente o fenômeno da política midiática e, certamente, a influência da mídia sobre o campo político é visível, não apenas no Brasil. Do mesmo modo, a internet e a explosão das redes sociais, com efeitos sociais de grande importância, são outros aspectos que necessitam de estudos e reflexão por parte de profissionais das áreas de Comunicação e Política.

Na última década, o Brasil viu surgir a Associação Brasileira de Comunicação e Política (Compólitica) e uma revista especializada, do mesmo nome, para congregar especialistas de diferentes áreas do conhecimento que compartilham o interesse pela reflexão sobre os temas dessa confluência interdisciplinar.

As mudanças por que passa o campo político a partir da influência da mídia precisam ser analisadas a fundo. Espaço privilegiado para a visibilidade da relação entre Comunicação e Política no cenário nacional, o Legislativo cumpre com a sua função educativa ao tematizar a reflexão de temas contemporâneos afeitos à democracia e ao sistema político.

4. Objetivos

4.1. Objetivo Geral:

O Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo visa especializar profissionais e capacitá-los para a investigação rigorosa dos eventos associados à influência da mídia no jogo social e político.

4.2 Objetivos Específicos:

- Formar especialistas para atuação no campo que une as duas áreas prioritárias do curso: Comunicação e Política;
- Proporcionar aperfeiçoamento teórico e técnico a profissionais de mídia que acompanham ou produzem noticiário sobre política na esfera legislativa;
- Oferecer subsídios para reflexão e análise dos padrões e lógicas de cobertura dos meios de comunicação sobre a atuação parlamentar e a performance institucional do Poder Legislativo.

5. Perfil do Egresso

Especificamente, espera-se que os egressos desenvolvam competências que os tornem capazes de:

- Compreender de forma crítica e historicamente situada a formação do campo de estudos sobre comunicação e política no Brasil;
- Analisar as implicações teóricas e políticas da relação entre parlamento e mídia no contexto atual;
- Situar as dinâmicas (*interplay*) entre os atores midiáticos, a sociedade civil e os atores políticos no âmbito dos estudos legislativos;
- Relacionar perspectivas teóricas e pragmáticas no campo do jornalismo político com foco na arena legislativa;
- Entender as dinâmicas e rotinas de produção da comunicação pública no Poder Legislativo, com suas características próprias, potenciais e dilemas;
- Compreender as dinâmicas políticas e legislativas em nível macro, no que se refere à interrelação entre temas como representação parlamentar, democracia participativa, confiança política, comportamento eleitoral e processos decisórios no Poder Legislativo;
- Avaliar empiricamente as dinâmicas entre representação e participação no contexto das novas mídias e ferramentas digitais;
- Prestar assessoria em comunicação a políticos e instituições políticas.

Desse modo, o egresso deve ter uma percepção, que precisa ser necessariamente apurada, do seu papel como agente de instituições sociais e políticas fundamentais para a existência de um país democrático. Com isso, não pode deixar de ser capaz de analisar criticamente a sua contribuição para o regime democrático, seja respondendo com eficiência às questões políticas que lhe forem confiadas, seja pela construção de sentido da sua própria atuação profissional no Parlamento.

6. Concepção Metodológica do Curso

O Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo é uma ação de formação continuada, em nível de pós-graduação, que pretende aprimorar o conhecimento teórico e instrumental dos profissionais envolvidos nessa área de atuação.

A estrutura do curso é composta de 11 (onze) disciplinas ou atividades, perfazendo o total de 360 horas/aula. Duas dessas disciplinas são oferecidas na modalidade a distância, com tutoria dos professores responsáveis e carga horária específica para os momentos presenciais e não presenciais. A carga horária das disciplinas a distância está restrita a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, de acordo com as exigências do MEC. Para essas disciplinas, é obrigatória a realização de, pelo menos, uma avaliação de aprendizagem de forma presencial.

A disciplina Pesquisa Científica é destinada a oferecer conteúdo de metodologia de pesquisa para instrumentalizar os participantes visando a elaboração do projeto de pesquisa e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Independentemente da programação das disciplinas, outras atividades complementares são desenvolvidas pela coordenação do curso com caráter permanente, como é o caso de seminários e ciclo de palestras, ou eventual, como a participação em eventos e viagens, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e do interesse da instituição promotora.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas segundo abordagem que privilegia a associação entre teoria e prática, através de aulas expositivas, discussões e trabalhos em grupo, estudos de casos, pesquisas de campo sobre o cotidiano das áreas de Comunicação e Política, leitura crítica de textos, debates em sala de aula, seminários e palestras com profissionais e professores convidados, além de outras julgadas pertinentes pelos professores e alunos. Ressalte-se que, na realização dessas atividades didáticas, o objetivo maior é estabelecer não apenas o trânsito entre trabalho e educação, como é comum e desejado em um processo de formação em serviço, mas também uma rede de interconexões entre os saberes e as práticas que fundamentam os campos da Comunicação e da Política no Poder Legislativo e circulam em suas múltiplas formas na Câmara dos Deputados e

demais instituições parlamentares. Caracteriza-se, assim, a educação legislativa.

A ação educativa proposta no curso estimula a reflexão mais ampla, a visão mais aprofundada do fazer político e da democracia, o aperfeiçoamento cultural e profissional de todos os interessados na temática.

7. Organização Curricular

As seguintes disciplinas e atividades, com suas respectivas ementas, são oferecidas no curso:

7.1) História da Política Brasileira – Carga horária: 30h (a distância)

História do sistema político brasileiro: Poder Moderador, criação do Legislativo nacional, regimes militares. Eleições e organização do sistema partidário no Brasil, do Império aos dias atuais.

7.2) Teorias da Comunicação Política – Carga horária: 36h

Comunicação e Cultura de Massa no século XX: implicações teóricas e políticas. Economia, política e desequilíbrio nos fluxos de informação. A globalização da comunicação. A esfera pública na sociedade moderna, sua dimensão política e social. Novas sociabilidades e a crise do público. Agenda, debate público e mídia.

7.3) Estudos Legislativos – Carga horária: 36h

Parlamento: histórico, funções e papel contemporâneo. Funcionamento das instituições legislativas. Papel do parlamentar. Comportamento parlamentar e teorias de explicação do comportamento legislativo. Relações entre o Legislativo e os demais poderes. Relações do Parlamento com a sociedade. Avaliação do modelo brasileiro do presidencialismo de coalizão e da experiência internacional.

7.4) Comunicação Pública e Discurso Político – Carga horária: 36h

Comunicação pública, estatal e comercial. Informação, transparência e Legislativo. Características, potenciais e dilemas. Comunicação pública no Executivo e Legislativo. Diferenças entre discurso político e midiático.

7.5) Jornalismo Político e Legislativo – Carga horária: 36h

Processos de produção da notícia, critérios de noticiabilidade aplicados à cobertura política, relações entre imprensa, assessorias de imprensa e de campanha; efeitos no público. Ideologia, representação e Imaginário. A cobertura do Legislativo e do Executivo.

7.6) Teorias da Democracia e Representação – Carga horária: 36h

Conceitos de democracia. O conceito de representação desde os filósofos da antiguidade até os dias de hoje. Dilemas das democracias contemporâneas.

7.7) Eleições, Comportamento Eleitoral e Opinião Pública – Carga horária: 36h

Conceito de opinião pública. Opinião pública, democracia e governo. Pesquisa de opinião, sistema de informação e eleições. Preferências eleitorais. Decisão eleitoral. O sistema eleitoral-partidário brasileiro e o comportamento do eleitor. Confiança política.

7.8) Democracia Digital e Participação – Carga horária: 36h

O lugar das novas tecnologias de informação (TICs) nas teorias da democracia. Espaço público, novas mídias e a Internet. Cultura digital. Redes sociais. Transparência colaborativa. Participação e deliberação digital. Política 2.0. Casos de democracia digital aplicadas ao Poder Legislativo. A participação como interface da representação política. Análise das dinâmicas recentes de participação no Brasil frente aos estudos sociológicos, políticos e culturais. O uso da internet nas campanhas eleitorais e nos processos de decisão política.

7.9) Assessoria e Marketing Político – Carga horária: 30h (a distância)

O papel da assessoria de imprensa em instituições políticas. Assessoria, estratégia e marketing político. Marketing eleitoral e campanhas políticas. Media training e assessoria para candidatos.

7.10) Pesquisa Científica – Carga horária: 40h

A construção do objeto da Comunicação Política. Elaboração do Projeto de pesquisa: ler e escrever. Estudos monográficos em Comunicação Política. O campo teórico da comunicação política. A pesquisa qualitativa, sua diferença da pesquisa quantitativa. As técnicas da pesquisa qualitativa. Planejamento da pesquisa com entrevista em profundidade. Sistematização e análise de dados. Planejamento, modelação e moderação de grupos de discussão. Pesquisa qualitativa e campanha eleitoral. As particularidades, as limitações e as potencialidades das metodologias quantitativas. O embasamento teórico-metodológico. O uso da pesquisa quantitativa em campanhas e governos.

7.11) Seminário do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Carga horária: 8h

Pré-avaliação, mediante apresentação e discussão em plenária em período anterior ao de exame do TCC, com o objetivo de compartilhar experiências e efetuar eventuais ajustes.

8. Trabalho de Conclusão de Curso

Após aprovação em todas as disciplinas, o discente deverá apresentar uma monografia como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). A monografia deverá versar sobre tema abordado em alguma das disciplinas do curso. Para seu desenvolvimento, o aluno contará com o apoio de um professor-orientador, indicado pela Coordenação de Pós-Graduação.

Haverá um período específico de apresentação das monografias, perante banca pública. Entende-se que o momento da apresentação das monografias faz parte do processo de ensino-aprendizagem, razão pela qual será requerida a participação de todos os alunos em todas as sessões de defesa.

9. Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído de professores internos e eventualmente professores externos. Os primeiros são servidores da Câmara dos Deputados que possuem titulação, experiência pedagógica e conhecimento

profissional da área do curso, sobretudo no que diz respeito aos aspectos mais específicos da Instituição. Os demais são professores convidados de outras instituições que, por sua qualificação, podem complementar a formação oferecida pelos docentes internos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.

10. Infraestrutura

O curso é realizado nas instalações próprias do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - Cefor, da Câmara dos Deputados, que está localizado à Via N-3, projeção L, Setor de Garagens Ministeriais Norte, Brasília - DF. O prédio foi construído e preparado com atenção ao que há de mais moderno em termos de recursos para práticas educativas, além de se constituir num espaço para atividades culturais. O prédio é térreo e atende aos requisitos legais de acessibilidade. O Cefor dispõe de 9 salas de aula (sendo 3 laboratórios de informática), 1 auditório com capacidade para até 122 pessoas, além de sala de professores, salas de serviço administrativo, lanchonete, copa e estacionamento privativo.

Todas as salas e laboratórios são equipados com ar-condicionado, relógio com medição de temperatura ambiente, quadro magnético, projetor, tela, cortinas e microcomputadores com acesso à rede interna da Câmara dos Deputados e à internet. Também estão disponíveis os seguintes recursos materiais, instrucionais e de apoio: rede *wi-fi*, retroprojetores, videocassetes, *flip charters*, gravadores, quadro interativo (*sympodium* e *smart boards*), DVDs, microfones, *minisystems*, materiais de escritório, água e café.

Além das comunicações e do atendimento alternativo por meio de mensagem eletrônica, os alunos têm acesso ao ambiente virtual de aprendizagem. Tal sistema aprimora e facilita a interação tanto entre alunos e professores, bem como entre os próprios alunos. Esse ambiente é parte da plataforma de ensino a distância do Cefor.

O Curso conta, ainda, com o apoio da Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados, que possui cerca de três mil metros quadrados onde se localizam o

acervo, a administração, os salões de leitura local, as salas de pesquisa e as salas individuais. O acervo é especializado em Ciências Sociais, com ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública, em diferentes suportes físicos. Atualmente, a Biblioteca dispõe uma rubrica de livros de cerca de 300 mil volumes, incluindo quatro mil obras raras de grande valor histórico, que datam do século XVI, em que se contam muitas publicações de organismos internacionais. Também possui 3.500 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, além da coleção dos principais jornais do País e arquivo de recorte de jornais e revistas, estando boa parte deles, principalmente os títulos antigos, também disponíveis em microfilme. Conta, ainda, com uma seção especial de multimeios, que reúne mapas, microfilmes, fitas de vídeo, DVDs e CDs..

11. Sistemas de Avaliação

11.1. Avaliação do rendimento do aluno

O rendimento escolar do aluno é aferido por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios por si mesmos, sendo que a eficiência pode ser medida por meio de provas, seminários e trabalhos, individuais ou em grupo. As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade a distância são presenciais. O resultado final da avaliação é expresso por meio de notas em uma escala de 0 a 10, com no máximo uma casa decimal.

Em observância aos critérios definidos pelo MEC, a frequência mínima exigida para cada disciplina presencial é de 75% do total de horas/aula. Essa frequência é verificada pelo professor em todas as aulas por meio de pauta de frequência.

Será considerado aprovado, em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% das atividades desenvolvidas e nota final igual ou superior a 7,0.

11.2. Avaliação do TCC

O exame do TCC é realizado por banca examinadora, a ser designada pela coordenação, constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o

orientador.

Os discentes receberão da Banca Examinadora as menções “aprovado”, “aprovado sob condições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” o aluno que receber essa menção de todos os membros da Banca. Será considerado “aprovado sob condições” o discente que receber essa menção de pelo menos um dos membros da Banca. Será considerado “não aprovado” aquele aluno que receber esse conceito de todos os membros da Banca.

No caso de aprovação sob condições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo aluno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

11.3. Avaliação do curso

Ao término de cada disciplina, tanto alunos quanto professores avaliam, por meio de formulário próprio, a ação educacional. Essa etapa do fluxo de avaliação institucional do Programa de Pós-Graduação tem função de acompanhamento e controle com vistas a melhorias formativas e somativas das condições ofertadas.

A avaliação das disciplinas busca investigar a reação dos alunos quanto à disciplina, à atuação docente e à coordenação, além de contemplar a autoavaliação do aluno quanto ao seu desempenho na disciplina. É pareada com a avaliação docente, o que viabiliza a comparação entre as percepções dos alunos e dos professores.

A avaliação docente busca levantar a opinião do professor quanto ao curso, à turma e à coordenação, além de autoavaliação quanto ao seu desempenho. Conjugada às avaliações feitas pelos alunos, proporciona identificar caminhos de intervenção, se necessários, ainda durante o decorrer do curso.

As demais etapas do curso também são avaliadas, por formas diversas, e nos momentos específicos. Assim, antes do início das aulas, o perfil da turma e as expectativas dos alunos quanto ao curso são levantados e analisados, gerando orientação para a prática pedagógica e para o apoio prestado pela coordenação. As condições de infraestrutura são avaliadas ao final de cada período letivo. A

avaliação de término de curso é aplicada aos alunos e às chefias imediatas, buscando quantificar os impactos do curso e as condições de suporte percebidas. A atividade de orientação também é avaliada de forma específica, tanto por alunos quanto pelos orientadores. Além disso, em até dois anos após de encerramento do curso, é realizada avaliação de egressos, objetivando acompanhar o impacto da formação de especialista obtida pelos ex-alunos nas suas trajetórias pessoal e profissional.

Os resultados de todas as etapas do fluxo de avaliação institucional do Programa de Pós-Graduação são amplamente divulgados em forma de relatórios de acompanhamento dirigidos aos públicos de interesse: alunos, professores, orientadores, coordenação e direção do Cefor. O objetivo final é avaliar a qualidade dos cursos e gerar propostas de aperfeiçoamento.

12. Certificados de conclusão

Os certificados são emitidos pelo Cefor depois de concluídas todas as atividades do curso e recebidos todos os documentos de avaliação. Para fazer jus ao correspondente certificado, o aluno deverá ter obtido frequência e nota mínima exigida para cada disciplina, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC e previstos neste Projeto Pedagógico. Deve, ainda, ter sido aprovado no TCC, de acordo com o calendário e demais regras definidas. Será necessário, também, o cumprimento de todas as exigências estabelecidas pela coordenação.

Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do Programa.